

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A construção do discurso republicano durante a
Revolução Federalista nas páginas do A Federação**

Carlos Felipe Macedo Bueso

Porto Alegre
2013.

Carlos Felipe Macedo Bueso

**A construção do discurso republicano durante a
Revolução Federalista nas páginas do A Federação**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial
para a obtenção do grau de bacharel em
história.

Orientador: Prof. Adolar Koch

Porto Alegre,
2013.

Carlos Felipe Macedo Bueso

**A construção do discurso republicano durante a
Revolução Federalista nas páginas do A Federação**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em história.

Adolar Koch – Orientador (UFRGS)

Luiz Alberto Grijó (UFRGS)

Charles Sidarta Domingos (UFRGS)

Porto Alegre 2013.

RESUMO

O presente trabalho tenta, através de uma análise voltada ao discurso da imprensa, identificar motivações, ideologias e linhas de discurso por detrás do jornal A Federação. Embora não haja parâmetros definitivos para a análise do discurso em jornais, o trabalho guiou-se por análises já existentes sobre a imprensa do século XIX e, principalmente, pelas análises da importância ideológica republicana a qual era exercida por diferentes vetores político-sociais. Adentrando-se no assunto, o trabalho além de fazer uma reconstrução da formação do PRR, tenta, analisando extensivamente o A Federação, extrair conclusões sólidas a respeito do discurso republicano.

ABSTRACT

This work tries, through an analysis of the press discourse, identify the motivations, ideologies and discourse lines behind the A Federação newspaper. Although there is no definitive parameters for the analysis of newspaper's discourses, the work was guided by already existing analysis about the XIX press and, mainly, by the analysis of the importance of the republican ideology which was at that time exercised by different social-political vectors. Going through the subject, the work makes not only a reconstruction of the genesis of the PRR, but tries, through an extensive analysis of A Federação's editions, extract conclusions about the republican discourse.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Parte 1	
2.1 A Formação Positivista.....	11
2.2 Júlio de Castilhos.....	16
2.3 A Questão Militar.....	18
2.4 Proclamação da República.....	19
2.5 A Formação do Partido Federalista.....	21
3. Parte 2	
3.1 Prelúdio.....	24
3.2 A Revolução Federalista nas Páginas do A Federação.....	28
4. Conclusão.....	35
5. Referências Bibliográficas.....	41

Introdução

O presente trabalho baseia-se em estudos relativos a jornais do século XIX, positivismo e a figura de Gaspar Silveira Martins. A princípio, a ligação entre tais assuntos parecia óbvia e o trabalho a respeito do discurso republicano-positivista no jornal de Júlio de Castilhos permanecia como enfoque principal. Ao longo do estudo, como na maioria dos trabalhos deste tipo, o conhecimento resultado de pesquisa e leitura levantou outras questões importantes e transfiguraram o curso do trabalho; a mudança mais radical foi o deslocamento da figura de Gaspar Silveira Martins que, passando de protagonista do trabalho, tornou-se uma ferramenta para a compreensão do discurso positivista e para entender a mentalidade "republicana" que enraizava-se no Rio Grande do Sul nos últimos anos do século XIX.

A troca de temáticas é, em princípio, pautada pela noção de que para entender-se o *A Federação* é essencial primeiro entender as razões de seus discursos e a construção da identidade republicana no Rio Grande do Sul, o que, por si só, é um trabalho que leva mais a fundo o estudo do período, ultrapassando a ideia inicialmente proposta. Tomando conhecimento disto, o trabalho *The Positivist Discourse of the Republican Party of Rio Grande do Sul* de autoria de Céli Regina J. Pinto¹ tornou-se parâmetro para o entendimento da mentalidade positivista do PRR²; partindo da formação de base do partido, dentro de uma conjuntura econômica singular, Céli Pinto estuda, e explica, como o periférico estado do Rio Grande do Sul tornou-se o produtor de uma política auto-intitulada federalista mas que nunca compartilhou dos mesmos ideais de outros estados do Brasil.

O *A Federação* foi um jornal criado pelo PRR -assim como quase a totalidade dos jornais da época- para fins de divulgação partidária; veículo de informação destinado não somente à apresentação de notícias cotidianas, mas a fornecer material relativo ao partido do qual era um dos órgãos mais importante. Sua publicação iniciou-se em 1883 e sua última edição foi publicada em 1937, quando já na ditadura de Vargas tinha perdido sua importância política assim como o PRR.

¹ PINTO, Céli Regina Jardim. *The positivist discourse of the republican party of rio grande do sul: a successful political project in the Brazilian Old Republic*. 1986. 377 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, University Of Essex, Colchester, 1986.

² Partido Republicano Riograndense.

A principal diferença, explicada por Céli, é a origem do partido que, a partir de uma classe média em ascensão, cristalizou-se em torno de ideais positivistas³, ao contrário dos latifundiários do sudeste e nordeste brasileiros os quais, colocando de lado esse tipo de formação ideológica, tentavam fortalecer-se economicamente apoiando-se em noções liberalistas que os levavam de encontro a políticas descentralizadoras. A pergunta que surgiu quando estes dados foram colocados no bojo da pesquisa foi: como um jornal poderia ser composto de positivistas (os quais eram ideologicamente e pragmaticamente centralistas) ser chamado *A Federação* (um título de cunho extremamente descentralizador) e como essa contradição era tratada dentro da política gaúcha a qual foi, ao longo do tempo, totalmente controlada pelos partidários de Júlio de Castilhos e mais tarde Borges de Medeiros. Não bastasse isso, a ideia inicial de estudo de Gaspar Silveira Martins através das páginas do *A Federação* ganhou outro sentido, pois a própria revolução federalista - a qual tinha como um de seus líderes Silveira Martins - é a síntese destas contradições internas e da subversão do discurso federalista filtrado por setores da classe média positivista.

Como mencionado acima, o trabalho utilizará o jornal de Júlio de Castilhos, analisando a figura de Gaspar Silveira Martins; como as suas aparições ajudam a entender as contradições do discurso positivista e como ele é construído em meio à revolução federalista. Para esta tarefa é necessário o cuidado na análise de fontes e como elas - originárias de um jornal positivista - são tratadas ao longo do tempo. Tendo de antemão conhecimento da inimizade entre federalistas e republicanos - são recorrentes os ataques diretos - uma vez que nesta conjuntura o antagonista político não só é inimigo no parlamento, mas também no campo de batalha. É neste contexto de inimizade profunda que é produzido o fato tal qual o conhecemos, pelas linhas do *A Federação*. Esse fato - ou momento histórico - é composto pelos filtros já acima citados e mais o beligerante clima de então. Tendo conhecimento disto e que a fonte jornalística é, além de peculiar, escorregadia quanto às suas formas de análise, também procurou-se analisar os anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, tentando utilizá-los como contra ponto ou, até mesmo, uma fonte para retificar (ou ratificar) aquilo descrito no *A Federação*. É essencial ter-se em conta que mesmo o "oficial" nunca representou a verdade, mas que, levando-se a análise para outras fontes, agrega-se outros parâmetros

³ PINTO, Céli Regina Jardim. Contribuição ao estudo da Formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882 - 1891). 1979. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979. P. 59-61.

de análise, ainda mais quando os anais que, após a subida republicana ao poder, estavam a mercê das decisões dos partidários de Júlio de Castilho.

Expostas as premissas pelo qual o trabalho guiou-se, e as reviravoltas do seu objeto de pesquisa, o trabalho partirá da análise do *A Federação*, buscando através de suas edições explicar o ponto de vista contraditório que trabalhos como o de Céli Pinto expõem. Delimita-se o espaço temporal a partir da fundação do jornal -ainda em tempos imperiais- chegando até o fim da revolução federalista e o triunfo e subida ao poder por parte do PRR. O enfoque da análise estará nos discursos proferidos em relação a Gaspar Silveira Martins e como se dá a progressiva inimizade entre ele e Júlio de Castilhos, que escala até ao ataque pessoal direto. Tentará disso extrair-se as respostas das questões já expostas, fazendo-se, é claro, as devidas ressalvas quanto às análises das mais de duzentas edições do *A Federação* consultadas.

A apresentação dos capítulos de dará por ordem cronológica, dividindo-se o corpo do trabalho em 3 partes. A primeira delas tratará da formação política gaúcha até 1890; a segunda parte tratará da revolução em si e sua representação nas páginas do *A Federação*; finalmente, a terceira parte será a da conclusão do trabalho e terá como objetivo sintetizar a informação estudada em uma abordagem crítica do tema.

Respeitando a necessidade de entender-se o contexto da véspera da revolução federalista, ao mesmo tempo em que abordar-se-á tanto a criação do núcleo positivista gaúcho quanto a fermentação do movimento federalista. A leitura de ambos temas será apresentada em 4 partes: a primeira tratará da formação do partido positivista, sua gênese nas universidades do sudeste e o posterior estabelecimento do PRR; a segunda e terceira parte serão foco da análise dos dois protagonistas do conflito entre republicanos e federalistas, Silveira Martins e Júlio de Castilhos. O intuito destes sub capítulos será não somente construir um perfil de ambos, mas também definir as motivações por detrás dos partidos envolvidos na guerra civil de 1893; Para o último sub-capítulo deste segmento optei pelo uso de episódios marcantes do fim da monarquia como chaves explicativas da relação do PRR e do -até então ativo- Partido Liberal com a monarquia em crise e sua eventual queda. Episódios como a questão militar a o 15 de novembro são descritos minuciosamente na documentação analisada e, em especial, nas páginas do *A Federação*.

A segunda parte do trabalho tratará da análise da visão republicana e o claro tom ufanista do chamado à luta contra o inimigo federalista. Como a construção do discurso de um inimigo já abatido sofre uma reviravolta e torna-se a construção de um inimigo

que não só abala os alicerces republicanos recém implementados como também ameaça o Brasil novamente com o fantasma da monarquia. Nesta parte a linha cronológica é estabelecida de forma clara e a análise sucede-se em diferentes edições do *A Federação* onde a constatação do discurso e sua mudança são claramente percebidos. Deixando-se de lado o estudo teórico político-ideológico, a segunda parte do trabalho terá como objetivo aplicar a lógica por detrás do discurso nas páginas do *A Federação*. Não somente o *A Federação*, mas também os anais da Assembleia Legislativa servirão como fonte primária do trabalho. Fazendo-se as devidas ressalvas, pois, apesar de parecer um contraponto adequado, os anais da Assembleia são a história de um corpo político dominado pelo PRR, não somente no quórum parlamentar, mas também na presidência do estado e até mesmo na gráfica onde os volumes foram impressos, por ser ela a mesma que produzia as edições do *A Federação*⁴. Ou seja, as fontes mais abundantes não possuem isenção ideológica ou política, apenas fazem parte de um corpo documental que gira em torno Partido Republicano Rio-grandense e seus diversos órgãos operacionais.

A segunda etapa do trabalho também será marcada pelo uso do livro “O Regionalismo Gaúcho”, de autoria de Joseph Love⁵. Primeiramente utilizado como ferramenta cronológica, o texto de Love foi (e é) fundamental para uma clara reconstrução deste período conturbado da política gaúcha. Joseph Love, em seu livro, é também um estudioso do *A Federação*, sendo o seu texto importante balizador das pesquisas nas edições da década de 1890, quando a revolução estava em vésperas de acontecer. Apesar da aproximação de um trabalho com o outro, a orientação do trabalho a seguir é dada pelo discurso do *A Federação*, ao contrário da história política total, a qual Love debruça-se em seu trabalho; assim sendo, as edições do jornal -e sua presença ao longo do trabalho- serão a questão fundamental da segunda etapa do trabalho, a parte na qual a análise historiográfica -e suas devidas ferramentas- é aplicada às fontes primárias.

A divisão da segunda parte do trabalho abrangerá a subida e queda de Júlio de Castilhos do governo gaúcho (1891) e continuará com a volta de Silveira Martins do exílio (1892) e o início dos combates que dar-se-ão um ano antes da data oficial do início da revolução. Findada em 1894 (com alguns combates ainda acontecendo em

⁴ Anais

⁵ LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

1895)⁶ o trabalho analisará em especial o triunfo Castilhistas e a sua repercussão na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a qual, a partir de 1894, é inquestionavelmente um bastião das forças castilhistas e republicanas que permaneceriam no poder até a ascensão de Vargas.⁷

Por fim, a conclusão será dada pelo enfoque na análise crítica do discurso jornalístico desenvolvido pelo *A Federação* ao longo dos anos de revolução. Não somente será posto em voga a conclusão do trabalho, mas também o resultado do trabalho como pesquisa historiográfica e como objeto de aprendizado, destacando principalmente as questões relativas à construção do trabalho por ele mesmo e os diferentes rumos que uma pesquisa toma quando as fontes pesquisadas refutam ou confirmam as hipóteses lançadas do projeto inicial; sendo este processo -via de regra- o que mais instiga o ofício historiográfico e, também, a continuidade da produção como um todo.

⁶ LOVE, 1975. P 69-80.

⁷ Ibid P 258-262.

Parte 1

A Formação Positivista

A característica mais marcante da formação do Partido Republicano Rio-grandense é a sua ideologia positivista. O PRR encontra na filosofia de Auguste Comte um guia para a sua atuação política dentro do estado gaúcho, e é com ela que Júlio de Castilhos delinea o seu jornal, principal veículo de propaganda do partido. Dois pontos devem ser abordados para a compreensão da formação positivista no estado para, além de entender o seu funcionamento, responder a questões pertinentes ao estudo da história do período.

O primeiro ponto a ser entendido é a chegada do pensamento positivista não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil, uma vez que a intelectualidade gaúcha esteve durante todo o período da República Velha atrelada a escolas do sudeste e nordeste. A chegada do Positivismo ao Brasil, segundo Elisabete Leal e Paulo Pezat, se dá desde a morte de Auguste Comte, mas somente tem sua difusão uniformizada com a criação de uma associação de estudos do autor, sua obra, e obras relacionadas⁸. Como Céli Pinto aponta e Leal e Pezat corroboram, o estudo de gaúchos nas capitais do sudeste era algo comum, o que fez com que muitos mantivessem contato -mesmo que às vezes subvertendo seus valores- com filosofias e formas de pensamento europeias.⁹ Júlio de Castilhos não fugiu à regra e, ao longo de sua carreira, seria considerado pelo apóstolo (da Igreja Positivista) Manoel Lemos como o maior positivista de seu tempo.¹⁰

O positivismo brasileiro ganha características próprias e é aplicado de forma pragmática nas diversas conjunturas, muitas delas políticas como no Rio Grande e até mesmo religiosas, quando da implantação da igreja positivista por Miguel Lemos¹¹. O caso do Rio Grande do Sul não foi diferente do restante do Brasil e também tinha casos de apropriação ideológica e eventual transformação, usando-se de exemplo Júlio de Castilhos,¹². Contradições deste tipo são frequentes, o que faz com que a ortodoxia de

⁸ LEAL, Elisabete; PEZAT, Paulo. A Capela Positivista de Porto Alegre e seu acervo. Anos 90, Porto Alegre, n. 11, p.172-185, jun. 1999. P 172.

⁹ PINTO, 1979. P. 83-89.

¹⁰ LEAL; PEZAT, 1999. P 173.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 133.

¹² Embora pareça óbvio para estudiosos do positivismo, a questão da contradição relativa a escravidão e a ciência positivista está ligada aos rumos que o pensamento de Comte toma. Mesmo o objetivo do

Comte não seja seguida nem mesmo nos círculos religiosos instalados por Miguel Lemos. Nesta lógica, como explica José Murilo de Carvalho, "Miguel Lemos interpretava a realidade brasileira de maneira nada ortodoxa, e um dos resultados dessa interpretação era a maior ênfase na urgência de ação política."¹³ Vale ressaltar que mesmo o apóstolo Lemos via com cautela membros dos diversos clubes positivistas, os quais tachava de hipócritas. Como resultado dessa apropriação, José Murilo aponta como saldo da intervenção da ideologia positivista no Brasil a apropriação de símbolos e ideias introjetadas tanto na elite intelectual do país como nas tradições populares e em tudo aquilo ligado à ideia de república, tendo como ponto culminante a frase escrita na bandeira nacional.¹⁴

Deixando de lado o estudo do positivismo brasileiro e, delimitando-se a figura de Júlio de Castilhos, tem-se na formação do PRR a consolidação da ideologia positivista e, em especial, a formação do *A Federação* como o veículo para difundir esses ideais. Calçado na ideia da difusão ideológica, o *A Federação* apresenta já antes de ser lançado¹⁵ no mercado gaúcho uma vultuosa quantia de 500 ou 600 assinantes, apenas na capital. Em sua correspondência com outros líderes do PRR, Júlio de Castilhos não mostra apenas excitação quando vê o prodigioso número de assinantes, mas como também os compara com a média de assinantes dos outros periódicos da época: "É um facto notavel e sem precedentes aqui, onde de ordinario as folhas, não contam mais de 400 assignantes." explicação para tal fato segundo Júlio (em carta para Valle Machado) é:

trabalho não ser este, vale aqui, resumir a doutrina positivista em poucas palavras. O Positivismo, de uma forma geral (pois o mesmo possui inumeráveis ramificações), é uma filosofia evolucionista a qual toma como essencial a consciência social e o estudo da sociedade para - em etapas - chegar-se ao topo evolutivo da sociedade, ou seja, ao estágio positivo. Fortemente influenciada por ideais republicanos (especialmente no Brasil dos fins da monarquia), as ideias positivistas eram calcadas na ideia de que a sociedade pós revolução francesa estava a caminho do estágio positivo. Neste contexto não há espaço para escravidão, apesar da sociedade idealizada por pensadores positivistas (dentre eles Comte) previa separação de classes, sendo um exemplo prático desta doutrina o governo de Porfírio Diaz e sua burocracia composta de "científicos".

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 136.

¹⁴ *Ibid* P. 140.

¹⁵ VELHO, Keter (Org.). *Teu Amigo Certo: Júlio de Castilhos, correspondência inédita*. Porto Alegre: Edijuc, 2013. P. 110.

"Não será difícil obter assignaturas ahi, por que a gente da campanha, principalmente, está precisando muito de uma folha nas condições da nossa: bem noticiosa, doutrinaria em todos os seus sentidos, perfeitamente moralizada e que se abstenha rigorosamente de toda a polemica pessoal, além de não ser exclusivamente politica. Liberaes e conservadores indistinctamente ahi, como aqui acontece, certamente hão de assignal-a, desde que conheçam o espirito d'ella."¹⁶

A previsão feita por ele veio a confirmar-se meses mais tarde e, pelo resto do século, o *A Federação* continuou sendo o mais importante jornal do Rio Grande do Sul. Estudando a correspondência de Júlio de Castilhos encontra-se ainda, ratificando o já dito antes, a confirmação de que "pela propria imparcialidade da folha, é a mais lida na capital por gregos e troyanos", o que, teve ainda como efeito colateral "melhorar a imprensa porto-alegrense". Isso denota que apesar de ser uma folha ideológica -como a maioria da imprensa rio-grandense da época- Júlio queria, ou tentava, manter, junto com seus colegas, um jornal que partilhasse não somente de ideias positivistas, mas que coloca-se em prática a imparcialidade científica almejada por Comte. Lendo as diversas edições do *A Federação* isso é logo colocado à prova: os autores de editoriais por vezes não eram, ou sequer tentavam parecer, imparciais. Apesar desta ser uma questão peculiar pelo relativismo temporal a ela atrelada, não se pode negar a habilidade com que os diversos redatores guiaram o jornal e ao mesmo tempo a qualidade da escrita de seus colaboradores.

O *A Federação*, apesar de ser o mais importante jornal republicano, especialmente na capital, não era o único do estado. Exemplo da atividade republicana no interior é o jornal *O Precursor*, fundado a partir da iniciativa de Assis Brasil em São Gabriel¹⁷. Isso ressalta a importância dos diversos clubes positivistas no estado, herança do contato gaúcho com a filosofia comtiana nas universidades do sudeste do país. A partir dos clubes republicanos (o primeiro sendo fundado em 1882)¹⁸ tem-se não só a consolidação de núcleos no interior do estado, mas o planejamento de divulgação partidária. Destes clubes nascem congressos republicanos e, no congresso realizado em 1883, foi decidido por Júlio e seus correligionários a fundação do *A Federação*.

A característica ideológica dos veículos de informação da época também está presente por detrás do *A Federação* o que, para Júlio de Castilhos, era essencial, não só pelo contexto de efervescência política em que viviam (com o fim do império, partidos

¹⁶ Ibid P. 94.

¹⁷ VELHO, 2013. P. 89.

¹⁸ LEAL; PEZAT, 1999. P 173.

republicanos cresciam vertiginosamente entre dissidências do Partido Liberal), mas também por Júlio de Castilhos achar que a própria sociedade gaúcha, além de diferente da dos seus compatriotas do norte, era uma sociedade de "espírito soffrego e irriqueto"¹⁹, e que, para lidar com isso, não só o partido, como também o jornal, deveriam ser guiados estritamente pela cartilha positivista. Isso, mais tarde, tornou-se apenas uma diretriz que não desencadeou uma mudança radical na visão dos membros do partido, os quais, segundo Céli Pinto, não eram reconhecidamente estudantes.²⁰ Apesar disso, o efeito acabou dando-se não na influência do positivismo como *ethos* político, mas sim na influência de Júlio de Castilhos -este sim, adepto das doutrinas de Comte- na liderança do PRR.

A importância de Júlio de Castilhos é exposta de maneira clara por Céli Pinto no trecho:

Outro aspecto importante a ser considerado, quando se trata de caracterizar a força do positivismo dentro do PRR, é a figura de Júlio de Castilhos. Foi ele sem dúvida o mais importante positivista gaúcho da época, não só pela firmeza de seus princípios, como pela profundidade de seu conhecimento da doutrina. Por outro lado foi o grande líder do partido, exercendo sobre seus correligionários incontestável domínio.²¹

Mais tarde, em seu texto, é também citado Joseph Love:

Os republicanos gaúchos foram gradativamente ficando sob domínio do editor do órgão partidário, Júlio de Castilhos, que possuía a qualidade especial de inspirar fanatismo em seus seguidores e ódio em seus adversários. De fato a personalidade e a ideologia de Castilhos pesaram tanto nos acontecimentos subsequentes da história do Rio Grande do Sul.²²

Esta é a formação positivista do PRR e, principalmente do *A Federação* após o 15 de novembro de 1889. A folha republicana, lançada em 1883, teve, seguindo esta lógica, objetivos relativos à fidelidade de suas matérias e à parcialidade delas. Seguindo uma tendência nacional, segundo Marialva Barbosa, os jornais do final do século XIX no Brasil acabam adotando um viés politizado no que diz respeito ao seu conteúdo.²³ Se

¹⁹ VELHO, 2013. P.73.

²⁰ PINTO, 1979. P. 84.

²¹ Ibid. P. 94.

²² PINTO apud LOVE, 1979. P. 94.

²³ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. P. 133.

por um lado o conteúdo deixava de ter o cotidiano dos seus leitores como foco principal, por outro a partir daquele momento o jornal ganhava uma nova dimensão: tinha o dever de mediar os acontecimentos políticos do congresso para o cidadão comum. Vale aqui fazer uma ressalva, lembrando que, apesar da almejada objetividade e imparcialidade, estas questões eram relativas aos conceitos da época. Como aponta Marialva:

A partir de 1880, num longo processo, os diários, ao lado de outras instituições da sociedade civil, formulam e sedimentam imagens. Entre essas construções, destacam-se, como já enfatizamos, as considerações em torno da visão da imprensa. O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade, por que representam o pensamento da sociedade, graças à sua popularidade. O jornal é também a própria verdade, porque impresso transforma-se em documento, o que, *a priori*, identifica o que está contido em suas páginas como verdade absoluta.²⁴

Longe de corroborar da visão absoluta com que se vê a "verdade" através do jornal-documento, é nesse contexto que encaixa-se o início do *A Federação*, o que, ratificando o já dito anteriormente, não isenta a folha de ter um teor politizador em seu discurso e de sua formatação incluir muitas vezes opiniões extremamente pessoais sobre os mais derivados assuntos. O que, segundo Marialva, é consequência da missão "moralizadora" do jornalismo e do dever de expressar opiniões coerentes com a sua dita moral. O entendimento de tal lógica é fundamental para a análise das edições do *A Federação*. Isto nos possibilita conhecer de antemão o modo operacional de Júlio de Castilhos e do corpo editorial do periódico, o qual, apesar de não ser uma plataforma do discurso positivista, é sem dúvida uma plataforma para o discurso republicano de viés conservador e intelectualizado. Essas características comuns aos editores chefes das redações ao longo do país terminam quando a análise vai mais a fundo, quando, além das doutrinas aplicadas à mídia, estuda-se a origem política do poder por detrás dos jornais.

²⁴ Ibid. P. 131.

Júlio de Castilhos

Este sub capítulo é dedicado não apenas a uma breve análise do perfil de Júlio de Castilhos como político, mas especialmente traçar um paralelo entre o início de sua carreira e a ascensão da mídia republicana no sudeste, listando as diferenças fundamentais entre a oligarquia gaúcha e a paulista e fluminense.

Para estudar-se o perfil de um dos mais importantes parlamentares do final do século XIX no Rio Grande do Sul, optou-se pelo uso de sua correspondência e registros nos anais da Assembleia Legislativa. Em sua correspondência é fácil identificar a perseverança de Júlio de Castilhos, não só como político, mas também como jornalista, sendo ele um homem que teve sua carreira intrinsecamente ligada ao *A Federação*.

O nascimento do *A Federação* se dá oficialmente em 1884, porém é em 1882 que o projeto de sua elaboração é formulado. Dentro deste meio tempo, Júlio de Castilhos aparece como personagem secundário na política gaúcha: recém formado na faculdade de direito de São Paulo, tentou começar sua carreira na advocacia mas fracassa miseravelmente. Sustentado ainda pelos proventos advindos das posses familiares no interior do estado e seus rebanhos de gado, queixa-se em várias de suas correspondências por estar:

remando, remando contra a maré de circunstancias adversas, circunstancias em que infallivelmente o acha sempre o advogado principalmente o republicano intransigente, no seio d'uma sociedade estragada e dissoluta, como é esta na generalidade"²⁵.

Colocando-se de lado as queixas mais rancorosas, tem-se em sua correspondência um forte vínculo com colegas republicanos e um interesse objetivo com a instauração de clubes republicanos pelo interior do estado. Clubes esses que, muitas vezes, eram acompanhados de periódicos republicanos. Chegando-se à imprensa tem-se, no meio tempo em que exerceu a advocacia, um Júlio de Castilhos de enorme expectativa em relação ao *A Federação*. O ano de 1883 foi um ano de recolhimento de fundos e de organização crucial para o lançamento do periódico. Enquanto as peças e máquinas eram importadas da Europa, Venâncio Aires era escolhido como diretor da redação do *A Federação*. Com sua atuação crescente no comando do jornal é possível,

²⁵ Velho, 2013. P. 42.

através de suas cartas, reconhecer a transformação do advogado mal-sucedido em líder republicano. Sendo uma tarefa de tempo integral, a direção do jornal dá a Júlio de Castilhos não só as rédeas de uma máquina de propaganda que era, no final do século XIX, a principal formadora de opinião da região em que atuava, mas o munuiu de armas para mais tarde tornar-se o eloquente líder do Partido Republicano Gaúcho.

Esse tipo de trajetória não era totalmente incomum no final do império e no início de república velha, uma vez que o diploma de bacharel em direito era indispensável para qualquer um que almejasse cargos públicos. A imprensa, neste contexto, é apenas um veículo de ascensão rumo a vida política, como redige Marialva Barbosa:

Convém ainda ressaltar a representatividade que possui o saber na sociedade brasileira e, especificamente, o status que confere ao indivíduo se tornar bacharel. O diploma é a certeza de inserção num outro patamar, cuja outorga confere o capital necessário para determinadas funções. E aqueles que, inicialmente, não encontram lugar nos quadros dirigentes, direcionam-se para outras atividades, fazendo delas o patamar necessário a sua inserção. E, sem dúvida, o jornalismo cumpre esse papel.²⁶

É interessante ver como Júlio encaixa-se perfeitamente neste tipo de trajetória, e é ainda mais notório como este tipo de semelhança começa a mudar quando começa-se a analisar-se as origens desta elite letrada que preenche as redações dos jornais republicanos do final do século XIX. Estudando as tabelas fornecidas no trabalho de Marialva Barbosa²⁷ (o qual tem como foco o Rio de Janeiro e São Paulo) encontra-se um massivo número de cariocas advindos da oligarquia fazendeiro-industrial, com formação em escolas do sudeste e nordeste. Nesse contexto sócio-econômico doutrinas liberais imperavam e o discurso construído sobre elas é, como Céli Pinto ressalta,²⁸ muito diferente do aquele empregado pelo PRR. Este é um dos cerne do trabalho: tal diferença de motivações ideológicas é consequência da subida de uma elite letrada a qual, no caso gaúcho, rompe com a oligarquia tradicional vinculada à terra, mas que, no sudeste, falha em empreender tal cisão. Não somente é verificável a continuidade da hegemonia latifundiária em São Paulo e Rio de Janeiro, como é indispensável compreender a revolução federalista como o ponto chave da luta entre o PRR, centralizador e anti-oligárquico e o Partido Federalista.

²⁶ Barbosa, 2010. P. 150.

²⁷ Ibid, P. 146-48

²⁸ Pinto, 1979. P. 94 - 101.

A Questão Militar

Ainda dentro do contexto imperial, ou melhor, do contexto do fim da monarquia, tem-se a dita Questão imperial. A questão em si gira em torno de declarações de militares em jornais as quais possuíam características políticas, onde oficiais respondiam acusações de senadores e -dentre eles- Gaspar Silveira Martins. Longe de ser a razão da queda da monarquia no Brasil, a Questão Militar foi um marco no fim do período imperial. É peculiar a sua análise não somente pelo seu grande impacto na política brasileira e no enfraquecimento definitivo da monarquia, mas também pela repercussão no *A Federação*.

Na edição de 16 de outubro de 1886, o *A Federação* questiona a parcialidade do Jornal do Comércio o qual, alegando oposição à Gaspar Silveira Martins, acatava sua posição durante a questão militar apenas pela sua eminente posição como conselheiro imperial. Aqui ainda há parcialidade no jornal em relação a figura de Gaspar, pois mesmo questionando a posição do Jornal do Comércio, não questiona o peso político e nem a importância de Silveira Martins²⁹. Esse exemplo é relevante para a análise do discurso republicano para com seus adversários políticos, já que o jornal foi, durante sua existência, um veículo de propaganda político-ideológica.

Voltando-se à questão militar, o jornal Castilhista vê a situação como preocupante, mas ataca a posição anti constitucional e o tom vexatório que o governo utilizou para aplacar as reivindicações militares³⁰, sendo em edições subsequentes declarado apoio as ações militares. É essa a primeira vez que o exército toma uma posição de oposição ao governo imperial. Após tal acontecimento, segundo Céli Pinto, o discurso militar foi reconstruído de forma a sempre ter como antagonista a política civil, a qual, corruptamente, deturparia a lei que as classes militares defendiam³¹. Indo mais além, Carla Nascimento aponta a questão militar como "não apenas uma questão, mas uma série de episódios, denominados como tal à época e pela historiografia e que opuseram setores militares e o governo durante a década que antecedeu a proclamação da república."³²

²⁹ A Federação. Porto Alegre, p. 1-1. 16 out. 1886.

³⁰ A Federação. Porto Alegre, p. 1-1. 23 out. 1886.

³¹ PINTO, 1986. P. 184.

³² NASCIMENTO, Carla Silva do. . A Questão Militar : indisciplina e crise política em meio à crise hegemônica imperial (1868-1889). Militares e política (UFRJ), v. 4, p. 7-22, 2010. P. 12.

A posição anti-monárquica sempre esteve muito clara em toda a história do *A Federação*, mas o discurso antagonista para com a oposição política a Júlio de Castilhos ainda estava em estágio seminal. Se por um lado a questão militar não demonstra oposição para com a figura de Silveira Martins, em seções livres do jornal, como na de 27 de Agosto (a qual precede o estouro da Questão Militar) Ramiro Barcelos acusa Gaspar de ser "ambíguo e calunioso", em artigo referente às obras da barra de Rio Grande. De qualquer forma as posições republicanas só tenderam a recrudescer ao longo da década de 1890.

O legado que nasce antes da questão militar - mas que é melhor exemplificável durante ela- é o anti-monarquismo, visão que transcenderia a abdicação de Dom Pedro II e serviria como arma discursiva - a qual sempre apelava para o patriotismo republicano- durante o período de 1893-1895 e serviria como chamado as armas contra a oposição (que não tinha alinhamento monárquico) lideradas pelo ex-conselheiro imperial Gaspar Silveira Martins.

Proclamação da República

Como dito na seção anterior, os ataques a Gaspar Silveira Martins sempre estiveram em crescimento desde a dita Questão Militar. Pouco antes da proclamação da república não foi diferente. Nas edições de 13 e 14 de outubro é retratado um exemplo disso: após demitir um funcionário do governo, Silveira Martins acusando-o de ataques a figura do imperador, é por sua vez atacado pelo *A Federação*. No que pareceu ser muito mais uma defesa do ataque ao invés da defesa do atacante, Júlio de Castilhos (o qual assina a matéria) rebusca com habilidade o passado de Silveira Martins e, citando antigos discursos feitos pelo então conselheiro imperial, acusa-o de, na década de 1870, haver tecido comentários do mesmo tipo à figura do imperador. A crítica a Silveira Martins é bem escrita e denota conhecimento profundo de Júlio de Castilhos para com o conselheiro o que, diga-se de passagem, é verificável em outras edições do jornal.

Poucos dias depois da troca de acusações e das matérias de tom ácido de Júlio de Castilhos é proclamada a república. Apesar de ter sido mais tarde desconstruído o mito da heroicidade o jornal de Júlio de Castilhos exalta a "conquista republicana" com ardor religioso:

Estavam previstas as consequências d'essa política fatal: a gloriosa e fecunda revolução de hontem completou a grande obra do nosso passado historico.

Povo! saudemos o exercito e a armada! Concidadãos! saudemos a Republica, saudemos a Patria Livre.

Viva i exercito!

Viva a armada!

Viva a Republica!

Viva a Patria!"³³

Apesar do clima festivo e o aparente sentimento de mudança radical para um futuro próspero, Júlio de Castilhos e o *A Federação* fizeram ressalvas importantes quanto à execução da dita "revolução". Em primeiro lugar apontam que a mesma é inconstitucional -como todas as revoluções- e que, pela sua natureza pacífica (o que é deveras exaltado) ela não deveria tomar um viés mais ríspido para com seus opositores. Em especial é utilizado o exemplo de Gaspar Silveira Martins. Oras, se a revolução é tida por todos como inconstitucional, como o conselheiro poderia ser preso por acusar a mesma de inconstitucionalidade? A redundância da acusação incomodava e, além disso, deslegitimava a sua essência revolucionária.

A partir desse momento não só a figura de Silveira Martins perde sua importância política real pois, além de perder qualquer vínculo com o governo, é preso e assim mantido por pouco mais de um mês. Logo após ter seu *habeas corpus* concedido é exilado em Paris e mais tarde Lisboa, permanecendo no exílio em torno de dois anos.³⁴ A sua volta ao cenário político gaúcho acontece só em meados de 1890, já caracterizado como monarquista pelo *A Federação*, manterá essa designação pelo restante das edições do jornal castilhista. A matéria que exemplifica melhor este ponto de vista é a da edição de 8 de janeiro de 1891 onde, após opinar que: "Acho que o acto de 15 de novembro foi uma ilegalidade e que tamanha monstruosidade acabará mal." Acaba sendo retalhado pelo *A Federação* e, importante ressaltar, não somente ele mas também o jornal *A Reforma* o qual, ao longo dos anos, tornou-se foco da resistência liberal e federalista no estado.³⁵ A defesa de "ímpia revolução sem violência"³⁶ acaba tornando-se um tema recorrente em edições subsequentes, tornando-se um ponto importante para definir os adversários dos jornal. Pois, se a iniciativa positivista fosse desafiada, essa dicotomia 'república x monarquia' era instantaneamente colocada em pauta.

³³ A Federação. Porto Alegre, p. 1. 17 nov. 1889.

³⁴ A Federação. Porto Alegre, p. 1. 24 abr. 1891.

³⁵ A Federação. Porto Alegre, p. 1. 8 jan. 1891.

³⁶ A Federação. Porto Alegre, p. 1. 17 nov. 1889.

A sensação após ler-se o *A Federação* neste período é a de que, apesar do antagonismo presente entre republicanos e federalistas, há a permanência de uma clara coerência por parte dos editores do jornal. Enquanto no campo da política gaúcha o decoro era deixado de lado e os, já derrotados politicamente, federalistas armavam-se para a chamada revolução.

Formação do partido federalista

Partindo-se para a análise das edições posteriores a 1891, começa a perceber-se não somente, como já dito, o recrudescimento das posições republicanas como o surgimento da oposição federalista no estado. Silveira Martins volta de seu exílio e começa, mais uma vez, a articular-se dentro do estado, defendendo uma posição parlamentarista. A posição do *A Federação* é clara e contundente. Acompanhando as edições de 4 e 5 de janeiro de 1892 tem-se uma entrevista publicada no jornal *Gazeta de Notícias* onde, Gaspar Silveira Martins declara-se contra a ideia de restauração monarquia como também à qualquer tendência separatista. Declara também que todas as acusações feitas contra sua pessoa são caluniosas. Já de antemão, defendendo-se das posições republicanas no estado, Silveira Martins apela para outros focos da imprensa, pois a saturação positivista no *A Federação* é clara. Isso não impede que nas edições de 24 e 28 de janeiro do mesmo ano o *A Federação* publique uma matéria intitulada “Telegrama do Bonzo”: Em resposta ao telegrama enviado por Gaspar Silveira Martins e publicado no jornal *Reforma*, o *A Federação* retalha o ex-conselheiro e diz que seu posicionamento liberal nada mais é que uma farsa e seu projeto de descentralização na verdade é unitário. Segundo o *A Federação*: “O Sr. Gaspar Silveira Martins é unitário e parlamentarista com a clausulasinha da descentralização”³⁷. Para o *A Federação* ou Silveira Martins é descentralizador (como o Brasil era naquele momento) ou era unitário, acusando-o de usar o seu liberalismo descentralizador como verniz retórico de suas intenções centralizadoras. Esse posicionamento vacilante era resíduo do partido liberal do império, que na situação do momento não tinha espaço na política brasileira.

Voltando-se ao império, tem-se que aí as raízes do partido Federalista o qual, apesar de já haver abandonado a monarquia, era herdeiro direto dos antigos Partido Liberal e Partido Republicano, resíduos cristalizados em volta de Gaspar Silveira

³⁷ *A Federação*. Porto Alegre, p. 1. 28 jan. 1892.

Martins e reforçados pela crescente dissidência do PRR. Representados por uma oligarquia em declínio, mas que ainda possuía poder além dos centros urbanos predominantemente republicano, o partido federalista era representado pela elite ainda não cooptada pelo governo Castilhistas. Como aponta Gabriel Castello Costa:

O Partido Federalista era composto por uma parte dos antigos membros do Partido Liberal e Partido Conservador (que não foram cooptados pelo PRR), representantes do poder dos estancieiros da região da campanha, com influência política diretamente maior no estado durante o período do Império, mas que agora estavam conjurados em um mesmo partido.³⁸

Sendo esta a única oposição sólida ao regime Castilhistas, o Partido Federalista se vê cada vez mais sufocado pela progressão inexorável do projeto político republicano de Júlio de Castilhos. Calcada em práticas coronelistas (com ressalvas específicas presentes no Rio Grande do Sul), a elite de estancieiros via em Gaspar Silveira Martins um norteador ideológico, sendo ele capaz de -através de suas ideias e peso político- cristalizar as oposições ao PRR que ainda não haviam sido cooptadas. É importante aqui abrir um parêntese sobre a formação ideológica do Partido Federalista. Analisando o *A Federação* tem-se apenas um grupo erroneamente taxado como monarquista. Parece a princípio que a alcunha monarquista é um exagero proposital advindo de um instrumento ideológico já muito bem definido, porém é notável que a crença num renascimento monarquista ainda era forte e Júlio de Castilhos, tanto em sua correspondência pessoal quanto em seus discursos, parecia acreditar piamente no viés monarquista do Partido Liberal.

Apesar do jogo político gaúcho estar dividido entre as dissidências do PRR e o resíduo dos antigos representantes do Partido Liberal e Conservador, é a política nacional quem guia os rumos a revolução federalista. Nessa guerra a qual seria travada a partir de 1893, é onde o *A Federação* viria a eventualmente figurar como um dos protagonistas, a influência do centro político do país, como já observado, penderia para o lado republicano, pela simples questão do alinhamento ideológico de Floriano Peixoto. Alinhamento o qual, também seguido pelo *A Federação*, guiaria o jornal por uma campanha anti-federalista calcada numa visão republicana a qual utiliza-se do seu discurso como arma na guerra de 1893.

³⁸ COSTA, Gabriel Castello. REPRESSÃO CASTILHISTA A OPOSITORES: O CASO DE FACUNDO TAVARES. PORTO ALEGRE (1892-1895). 2009. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. P. 9.

Parte 2

Prelúdio

Enquanto na parte anterior do trabalho a análise restringiu-se a uma abordagem voltada para a compreensão do contexto não só histórico, mas principalmente do contexto ideológico e de formação da imprensa e do PRR, nesta segunda parte a construção do discurso anti-federalista será analisado. Com a saída de Júlio de Castilhos do *A Federação*, a direção do jornal passou para as mãos de Pedro Moacyr em 1891. Isso não acarretou o desligamento do jornal com o PRR, pois o mesmo continuou como órgão do partido republicano.

Como exposto no final da segunda parte do trabalho, a questão central da política gaúcha na década de 1890 seria resolvida pela intervenção do governo central. Apesar de ter-se como consenso o estouro da revolução apenas em 1893, os conflitos - brutais e frequentes - começam a tomar o Rio Grande do Sul com a saída de Júlio de Castilhos do poder ainda em 1891. A saída de Júlio de Castilhos ocorre numa conjuntura de fragmentação do PRR. Extremamente centralizador e intolerante, o ex-editor chefe do *A Federação* realiza uma série de reformas centralizadoras após a chegada ao poder. Tais medidas acabaram gerando descontentamento em vários setores do partido e o eventual desligamento de membros da agremiação; o nome mais contundente é sem dúvida Assis Brasil. Mas não só das políticas implementadas por Castilhos que o PRR quase viu-se em extinção. Como já ratificado, a política externa foi de vital importância para a saída de Júlio de Castilhos do poder rio-grandense no final de 1891³⁹. Tomando uma posição contrária à do governo central (deixando seu repúdio ao golpe contra Deodoro não oficializado), Júlio de Castilho além de perder o apoio presidencial de Deodoro da Fonseca, dá pretextos para o levante da oposição em 24 de Novembro de 1891. Deflagrado o golpe (o qual tinha entre seus membros Assis Brasil), o governo gaúcho passa às mãos da oposição “liberal-conservadora” e às dissidências do PRR. É neste momento que há o claro recrudescimento das posições republicanas e o *A Federação* inicia sua campanha anti federalista.⁴⁰

No dia 30 de novembro 1891 os membros do PRR, Borges de Medeiros e Ramiro Barcelos, expõem suas posições no *A Federação*. Num apelo dramático,

³⁹ Love, 1975. P. 59 - 60.

⁴⁰ Ibid. P. 60.

explicam o desespero que tomou a todos, de certa forma, desprevenidos. Estranhamente não atacam diretamente os inimigos Federalistas. A campanha anti Federalista começa de forma sutil.⁴¹ Seguindo a análise das edições subsequentes, as quais acompanham a formação de fato do Partido Federalista, tem-se novas provas do crescimento em importância da *A Federação* na luta contra a oposição gasparista. Na edição de 24 de dezembro de 1891, extraordinária em seu conteúdo, encontra-se na primeira página (comumente agraciada apenas por uma coluna de editoriais) cinco de suas seis colunas dedicadas à análise do golpe e a construção do discurso republicano. Esta edição é emblemática não somente por ser quase exclusivamente dedicada a tênue situação enfrentada pelo estado, mas especialmente por estar nela representados as várias formas de discurso adotadas pelo *A Federação*. Na abertura da folha consta o contra ataque deferido pessoalmente por Júlio de Castilhos, o qual redige uma coluna atacando Assis Brasil e profetizando nas palavras "Hei de castigar os seus excessos de caluniador vulgar, inutilisandoo perante a opinião republicana do Rio Grande do Sul."⁴² a sua eventual volta ao poder. Fica claro, mais uma vez, as qualidades de Júlio de Castilhos como redator que agora voltava ao jornal que tanto custou-lhe formar e que tanto o ajudara até aquele momento. Em seguida seguem-se três colunas, as quais, apresentam diferentes discursos: A primeira dá um panorama geral das convulsões político-sociais no Brasil (que entram em sintonia com a periclitante situação gaúcha) dando um tom ufanista à luta dos republicanos os quais, apesar de não estarem em sua melhor hora, irão triunfar. A segunda é um apoio indiscutível para com Júlio de Castilhos, pois além de defender sua dita honra, acusa Assis Brasil de emitir calúnias a respeito do chefe castilhista. A última coluna é a mais peculiar, pois faz um paralelo entre Assis Brasil e Jesus Cristo - aproveitando-se da véspera de Natal - utilizando um tom ácido e fortes ironias, esta coluna fecha os editoriais que, em uma só edição, fizeram uso do apelo direto de Júlio de Castilhos, incitaram o espírito republicano dos brasileiros ameaçados pela desordem, atacaram a figura de Assis Brasil e, através de ironias bem construídas, tentavam mostrar mais uma vez a ameaça do um falso profeta que a partir daquele momento presidia o estado.

Seguindo com a violência que começou com a queda da hegemonia republicana com a saída de Júlio de Castilhos do poder, o ano de 1892 foi o ano da Organização federalista - a qual passava a contar com Gaspar Silveira Martins - e da migração em

⁴¹ A Federação. Porto Alegre, p. 1. 30 nov. 1891.

⁴² A Federação. Porto Alegre, p. 1. 24 dez. 1891.

direção ao Uruguai, o qual serviria como base para as futuras investidas federalistas. O tom do *A Federação*, e do discurso republicano, não mantém sua aura hegemônica e passa, a partir de edições como a de 22 de fevereiro de 1892, a construir não só uma nova etapa de seu discurso, mas o faz construindo o próprio discurso de seus inimigos. Em editorial intitulado "O Discurso do Dr. Martins" é tecida, mais uma vez, uma interpretação monárquica da posição de Silveira Martins, como nos trechos:

Revela Francamente notar que jamais duvidamos que s. s. era, em fundo, infeso odiantemente às praticas e às reformas da República, acalentando porventura nos recessos do seu espirito, fértil em transacções e transições politicas, um pendor pela monarchia, de cuja casa real fôra, nos seus ultimos dias, um denodado batedor, um fidelissimo apostolo. (...)

O discurso do tribuno liberalista é a mais cabal, a mais evidente prova de que s. s. conserva à Republica e aos seus instituidores um rancor latente, que mal póde disfarçar.⁴³

Além da preocupação com o retorno do dito líder monarquista e do fato de Júlio de Castilhos ainda permanecer afastado do poder estadual, também é exposta o aumento da violência e sua eventual escalada com a volta de Silveira Martins o qual possuía um "espírito demolidor e anarchico".

Como aponta Joseph Love⁴⁴ o ano de 1892 foi para o partido liberal um ano de declínio, o qual, segundo o autor, estaria ligado à má solidificação do poder federalista e à não cooptação da brigada militar. Para Júlio de Castilhos foi um ano de conciliação com o poder central, mais uma vez demonstrando a necessidade vital do apoio do Rio de Janeiro para algum tipo de mudança estadual durante o período. Ao longo deste ano, Júlio de Castilhos voltou a dirigir o jornal e, em edições como a de 3 de março de 1892, declarava não somente o esfacelamento do partido federalista, como também apontava o agudo declínio econômico enfrentado pelo Rio Grande do Sul. A partir deste momento, editoriais robustos fazem aparições diárias no jornal republicano e a tentativa de minar o governo provisório através de denúncias relativas a todos os âmbitos sociais e econômicos, torna-se uma marca constante da folha republicana. A edição de 13 de abril é emblemática neste sentido, pois, seguindo uma linha próxima da - já analisada - edição de 24 de dezembro de 1891, perpassa vários âmbitos do governo provisório e

⁴³ A Federação. Porto Alegre, p. 1. 22 fev 1892.

⁴⁴ Love, 1975. P. 64.

não somente reivindica o governo, como também ataca jornais como o *A Reforma*, exemplificando mais uma vez a posição agressiva, que após a volta de Júlio de Castilhos, o jornal tomou.

Em novembro de 1892, eleições para o governo do estado são realizadas e - desta vez com apoio do governo central - Júlio de Castilhos elege-se governador, mas mais importante que isso, permanece no poder em um curto período de relativa tranquilidade. Apesar do *A Federação* já não estar mais sob comando de Júlio de Castilhos, o discurso mudou pouco pois, em tempos eleitorais, apelava-se sempre para o argumento mais comum dentro do PRR: o ufanismo republicano, como constata-se na edição de 28 de novembro onde, o povo gaúcho é conclamado a prosseguir com "nosso empenho de honra, o sagrado objectivo dos republicanos e do governo republicano". Ainda neste editorial, percebe-se claramente que, mesmo que não explicitamente, a preparação para um conflito eminente é o dever e uma necessidade de todo republicano. Os conflitos do ano anterior e a rivalidade acirrada ainda estavam frescos na memória gaúcha e, como explica Love, disputas locais - fora da polarização política - eram combustível para, uma vez instaurado o caos militar, suspender o contrato social e resolver querelas pessoais usando ou o estandarte republicano ou o federalista. A eminência do conflito armado torna-se ainda mais evidente quando, na edição de 10 de dezembro de 1892, o editorial intitulado "Pela Republica!" escrito por Pedro Moacyr, adverte:

Nunca viu-se o nosso bello Estado a braços com uma crise tão negra, mas em compensação nunca a energia mascula da opinião republicana se pronunciou de maneira tão categorica, para repelir uma affronta que mais do que uma hostilidade movida ao nosso partido, representa o estalar de uma chicotada diffamante nas faces impollutas da Patria.⁴⁵

Misturando o já tradicional apelo profético de uma tragédia anunciada ao ufanismo republicano vigente, o *A Federação* entende que as agitações ao longo do estado o estava levando diretamente ao conflito aberto e, a partir do próximo ano, a folha republicana tornar-se-ia não só um veículo ideológico, mas sim uma ferramenta na luta republicana pelo domínio do governo estadual e da estabilidade da república como um todo.

⁴⁵ *A Federação*. Porto Alegre, p. 1. 10 dez 1892.

A revolução federalista nas páginas do *A Federação*

Ainda em 1892, na edição de 21 de dezembro, percebe-se não só a mobilização federalista, mas também a conotação dada pelo *A Federação* à forma dos correligionários de Silveira Martins organizarem-se:

A não ser pela loucura ou pelo requinte da perversidade, é inexplicável, é um enigma se saída a attitude, em que se collocou esse partido, que vive de conspirações e ameaça a todos os instantes a integridade de nossas fronteiras. Decididamente, os colligacionistas que desertaram do Brasil e lá estão na Banda Oriental preparando a invasão e a guerra, com o seu sequito de horrores, não reflectiram sequer dois minutos na horrível responsabilidade que tal procedimento determina.⁴⁶

Como dito já anteriormente, a violência havia começado desde a saída de Júlio de Castilhos do poder, mas seria este o momento de uma invasão federalista ao estado. Tendo como base de operações o Uruguai (sendo muitos estancieiros -inclusive Silveira Martins- donos de estâncias uruguaias), o jornal republicano não tardou em taxar a invasão como “bárbara e alienígena”. Não seria mais uma guerra civil, mas sim a luta de renegados anti-constitucionalistas estrangeiros contra o homem republicano. Com a virada do ano e a vitória esmagadora de Júlio de Castilhos em janeiro, a única saída do Partido Federalista era a guerra aberta contra a, cada vez mais opressora, máquina política de Júlio de Castilhos e do PRR.⁴⁷

Voltando-se às questões políticas, mais uma vez o apelo partidário dos jornais da época, na edição de 24 de janeiro de 1893, tem-se uma edição peculiar. Nesta edição é tratado o surgimento do jornal O Rio Grande o qual, dizia-se, representava o Partido Republicano Federal. O que era questionado pelo *A Federação* era o fato de que nem jornal nem partido de tal alcunha existiam e o que era mantido como oposição (que fica bem claro pelo tom sarcástico) ao jornal de Júlio de Castilhos era o A Reforma, o qual estava desativado até segunda ordem. Esta seria então a reação dos "desbaratados Gasparistas" tentando opor-se ao projeto político republicano. *A Federação* passa a indagar-se como os "parlamentaristas monarquicos reacionário gasparistas"

⁴⁶ A Federação. Porto Alegre, p. 1-1.

⁴⁷ Love, 1975. P. 60 - 63.

recuperaram-se do golpe a eles desferidos (proclamação da república) e como esse jornal ainda tinha fôlego, sendo que o *A Reforma* (muito mais robusto e conhecido) caíra no esquecimento pela recente migração gaúcha em direção ao Uruguai. Aqui o *A Federação* também diagnostica os homens por detrás do novo jornal, os quais aproveitam-se do "marasmo" e da passividade da cena política gaúcha para cristalizar-se ao redor da figura do ex monarquista -traço que o *A Federação* faz questão de expor em toda referência a Silveira Martins- e assim ganhar terreno político no RS. Esse editorial é importante pela sua carga hostil e por ser um prelúdio da guerra a qual -todos sabiam- estouraria um mês depois. Não obstante, é importante notar a contradição do discurso republicano, o qual - desviando-se da suposta parcialidade - ataca o que chama de desbaratados, acusando-os de aproveitarem-se do clima de passividade política do Rio Grande, mas que, ao mesmo tempo, subestima a atuação federalista e os taxa de homens que perderam uma guerra porém ainda não deram-se conta disso. Ou seja, neste momento a construção discursiva que varia entre a ideia de implacável inimigo a uma ideia de inimigo fraco, porém perverso, é lugar comum nas diversas edições do início da década 1890.

Pouco mais de uma semana depois, na edição de 1º de abril de 1893, encontra-se um tom deveras distinto: no que seria agora uma nova aparição da agremiação política 'federalista', esta já aparece como oposição real, não algo latente, mas sim direta e sob claros auspícios como os de 'caudilhos' (termo nitidamente pejorativo) como Joca Tavares e, principalmente, o chefe por detrás das motivações ideológicas: Gaspar Silveira Martins. Aqui nota-se a construção gradual do inimigo nas páginas do jornal, e se, antes de 1891, Gaspar Silveira Martins figurava como nome ocasional, agora é tido como chefe político da revolução que aproxima-se. Uma revolução que, além de ligada à rivalidade entre a elite intelectualizada com embasamento positivista e os latifundiários do interior do estado, é, também, o resultado e eleições extremamente desfavoráveis para os federalistas, desde a ascensão de Júlio de Castilhos e o PRR ao poder. Neste mesmo contexto, agora já agravado pela luta armada, tem-se, na edição de 3 de março do mesmo ano, uma continuidade do embate ideológico, embora agora haja, além do ataque aos "monarquistas", uma convocação dirigida à população, um discurso que apela para o âmago republicano - como Murilo de Carvalho aponta⁴⁸ - e que tenta pintar o inimigo não como federalista, mas sim como eminentemente monarquista. Essa

⁴⁸ CARVALHO, 1990. P. 132-142.

subversão de discursos e malabarismo retórico coincide com a velocidade dos fatos - apenas um mês entre esta edição e o início do conflito armado- o que parecia uma reunião de opositores derrotados ergue-se como uma hoste vingadora do poder imperial arruinado. Fato que é narrado em palavras contundentes e que convoca, não só o povo rio-grandense, mas os republicanos de todo o país para participarem da refrega em nome desta ideia de República a qual, tão solenemente construída, é defendida com ardor religioso.

Esta construção da ideia de revolução e contra-revolução efetuada no *A Federação* é a que permanece ao longo do ano de 1893 e, em tempo, é efetivamente consagrada com o discurso de Júlio de Castilhos na assembleia legislativa do estado na sessão de 21 de setembro de 1894.

Por isso mesmo, quando se realizou a invasão do território rio-grandense em fevereiro de 1893, precedida de circunstâncias singularmente significativas, pareceu-me claro que havia chegado o momento da crise ameaçadora,—monstruoso produto do torvo reaccionarismo consorciado com a anarchia mental que, pervertendo o sentimento, indisciplinando os espíritos, gerou os desrespeitos, as ambições e os odios do que foram contaminados muitos adeptos do regimen republicano.⁴⁹

Palavras que corroboram com a visão do início da revolução, mas que diferem das nuances do discurso republicano, o qual, perante uma situação que torna-se mais séria, começam a afetar a região fronteiriça do estado. Quando a ação de mercenários a mando de latifundiários atravessam a fronteira uruguaia, Pedro Moacyr, diretor de redação do *A Federação*, abre a edição de 22 de março de 1893 com os ditos: "A República federativa e imperial está seriamente ameaçada". A partir desta edição não somente o chamado das armas é feito, mas também a construção do inimigo implacável é iniciada mais uma vez. "Mercenários assassinos que cometem latrocínio por toda a fronteira meridional do estado"⁵⁰: com essas palavras são descritas as forças federalistas. Aqui vale fazer uma breve ressalva, sobre o que mais tarde será melhor abordado, que é a violência da guerra e a sua representação. Apesar de parecer exagerada, a violência do conflito foi grande e generalizada, a barbárie esteve sim presente e, segundo a descrição de Joseph Love:

⁴⁹ ANNAES DA ASSEMBLÉA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1894. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Officinas Typographicas d'A Federação, 1895. P. 6.

⁵⁰ A Federação. Porto Alegre, p. 1-1. 22 mar 1893.

Por toda a Serra e Campanha, estupros, castrações e degolas, que marcaram os meses turbulentos precedentes à invasão, continuaram incontrolados. Em meados de 1893 o bispo do Rio Grande do Sul exprimia a angústia do povo rio-grandense junto à imprensa do Rio de Janeiro, e confirmava serem comuns as degolas e extensa a destruição de propriedades.⁵¹

Voltando-se a edição de 22 de março, Pedro Moacyr descreve a formação dos efetivos federalistas os quais, ressaltando a liderança de Gaspar Silveira Martins, estão cada vez mais rapidamente organizando incursões de rapina ao solo gaúcho. O editorial desta edição é, assim como a maior parte dos editoriais do *A Federação*, constituído de escrita prolixa e de uma redação apaixonada, o tom ufanista - é claro - e, seguindo aquilo já visto em outras edições do jornal, a construção do discurso republicano nas páginas do *A Federação* tornam estes jornais os testemunhos mais concretos da formação ideológica republicana, calcada em ideais positivistas os quais apelam sempre, não só à elite consumidora dos jornais ideológicos, mas à população gaúcha como um todo.

Não se illuda ninguém! O momento decisivo chegou. Ou a Republica da Carta de 24 de fevereiro se consolida, sobre os alicerces das victorias que agora alcançarmos sobre a invasão, ou o vandalismo dos reprobos logra vencer-nos, e então o naufragio das instituições é infallivel, o regresso e a infamação d'este povo escriptos!

A situação exige - Tudo pela Republica!⁵²

Nas edições subseqüentes, o discurso republicano permanece inalterado, sendo que descrevê-lo seria apenas cair em redundâncias ou, pelos menos, ir de encontro a absurdos da fala republicana a qual, na edição de 13 de abril de 1893, acusava os bárbaros federalistas de pleitearem o desmembramento do estado rio-grandense do Brasil. Os editoriais continuavam sempre em tom de guerra contra qualquer oposição; exemplificando a posição Castilhistas, Love cita parlamentares gaúchos que classificam Castilhos como o Danton do Rio Grande. Embora a situação fosse preocupante, o ataque federalista nunca ameaçou diretamente o poder Castilhista, como exemplifica Joseph Love:

⁵¹ Love, 1975. P. 72.

⁵² *A Federação*. Porto Alegre, p. 1-1. 22 mar. 1892.

A Campanha, nas adjacências do Uruguai e base principal da força federalista, transformou-se inevitavelmente na área mais importante das operações, embora a Serra (exclusiva a Zona Colonial) também presenciasse ações extensivas; somente o Litoral ficou virtualmente livre de ataques - mas fora precisamente a incapacidade de dominar o eixo administrativo e comercial do estado a razão pela qual os farrapos se viram compelidos à defensiva em 1836.⁵³

O tom do *A Federação* permanece inalterado, até mesmo quando do júbilo da vitória. Na edição de 9 de maio, a vitória na batalha de Inhanduí (travada 6 dias antes) injeta ânimo ao já resolutivo espírito republicano, fazendo com que na edição abra seu editorial com:

Será crível que o federalismo ainda conte com a volta de d. Sebastião, isto é, com a victoria dos mercenarios armados no Rio da Prata pelo outro monarchista para a invasão das fronteiras e para o "saque livre"?...

Queremos acreditar que o vandalismo esteja desanimado e transido de angustias, a cada derrota campal, que sofrem seus caudilhetes em varios pontos do Estado.

Não nos cabe julgar-os tão imbecís, tão miseravelmente cégos e fanáticos que possam de consciencia esperar pelas armas o triumpho sobre nossas numerosas forças civis e as do exercito de linha, à vista dos continuos desastres que os principaes chefes Luiz Slagado, Gomercindo, Apparicio, Joca Tavares, Pina e outros estão experimentando na campanha.⁵⁴

A primeira invasão ao Rio Grande do sul havia sido desbaratada pelas forças republicanas e, depois deste episódio, a próxima ofensiva em larga escala do lado federalista dar-se-ia em outubro e, neste segundo ataque, o episódio das degolas no rio Negro aconteceria em 24 de novembro de 1893. Embora este segundo ataque tenha tido momentos de brilhantismo, inclusive com a adesão da marinha à revolta, o avanço federalista seria novamente barrado em junho de 1894, quando não só derrotado seria o exército federalista, como também três meses mais tarde perderia em 10 de agosto seu principal líder, Gomercindo Saraiva.⁵⁵

⁵³ Love, 1975. P. 68.

⁵⁴ A Federação. Porto Alegre, p. 1-1. 9 mai 1893.

⁵⁵ Ibid. P. 74.

Neste momento não só o jornal republicano continua sua campanha anti-federalista, mas também tem suas críticas redirecionadas aos novos rebeldes cariocas; Neste clima de reforço do inimigo, o jornal castilhista também não relata em momento algum seu inimigo como valoroso combatente, mas sim como covarde assassino. Uma das edições na qual isto é melhor representado é a edição de 11 de junho, logo após a batalha que derrotara a segunda invasão federalista ao território do PRR. Este tom continua pelo resto da guerra a qual, já vencida em sua porção relativa ao Rio Grande do Sul, é tratada como etapa inevitável do processo "revolucionário" iniciado em 1889.

A derrota do Partido Federalista marcou, a partir deste momento, a centralização total do governo estadual nas mãos dos líderes do PRR e a realização do projeto Castilhista de governo baseado nas interpretações da filosofia positivista, como descrito por Joseph Love:

Castilhos extraiu de Comte a crença na forma de governo republicana e ditatorial: abraçou a fê de Comte pelo governo das classes conservadores e defendeu fervorosamente a ordem como a base do progresso social.⁵⁶

Um governo o qual tinha seus alicerces na brigada militar (força na qual a maior parte do orçamento estadual era investido)⁵⁷ e provou sua efetividade ao longos do mais de 30 anos de governo republicano. Governo o qual começou sua jornada aliado ao *A Federação* que ao longo dos dez primeiros anos da república brasileira trocou várias vezes seu discurso e soube adaptá-lo para a guerra que abateu-se sobre o estado o último decênio do século XIX. Sendo essa situação expressa no discurso de Júlio de Castilhos, já citado neste mesmo capítulo, o qual não trata dos vencidos como dignos de ódio, mas também ecoa a visão de Murilo de Carvalho sobre a importante noção de espírito cívico, e, especialmente, republicano.

Encerra-se esta parte do trabalho com uma citação dos anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul do ano de 1894, a qual condensa não só a construção do discurso anti-monarquista, como também destila as últimas gotas do zelo republicano quando do fim da revolução federalista.

⁵⁶ Love, 1975 P. 30.

⁵⁷ ANNAES DA ASSEMBLÉA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1894. P. 23.

Só um patriotismo incendiado, um trabalhar incessante, uma boa vontade nunca entibiada do governo e do povo poderão agora levantar nossa terra dos imensos desastres que gorou a revolta restauradora.⁵⁸

Zelo republicano que é explicitado não só no chamado cívico às armas, ou aos diversos apelos do *A Federação*, mas sim focado no discurso anti-monarquista, exposto desde a introdução do trabalho, o qual será mais uma vez analisado na próxima, e última, parte do trabalho.

⁵⁸ ANNAES DA ASSEMBLÉA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1894. P. 22.

Conclusão

A conclusão de um trabalho é, via de regra, a sua parte mais importante. Embora o trabalho redigido anteriormente pareça polarizado, é nesta conclusão que suas ideias serão mescladas.

Como exposto na introdução desta breve monografia, para entender-se o discurso republicano, o prévio entendimento da identidade republicana é essencial. Como demonstrado na primeira parte do trabalho, a construção do PRR se dá por ideias positivistas, mas analisando os discursos proferidos ao longo de toda a revolução federalista a pergunta lógica é: onde está presente a ideologia positivista nas páginas do *A Federação*? A resposta para esta questão não é simples, porém podem-se perceber facilmente dois fatores fundamentais na apresentação do discurso do PRR: a importância semi-religiosa dos ideais republicanos, dos quais se tem vastíssimas amostras (basta lembrar-se da edição do *A Federação* de 17 de novembro de 1889) e também o fato de, por ser uma folha ideológica e essencialmente política, o *A Federação* tinha o dever de lutar no âmbito da imprensa como os soldados republicanos tinham o dever de lutar no campo de batalha.

Seria então a construção do discurso do *A Federação* relegado apenas à necessidade conjuntural e bélica, a qual apegava-se ao espírito republicano como bandeira pela qual não só lutaria, mas pela qual incitaria o povo gaúcho a cristalizar-se ao redor da figura de Júlio de Castilhos? Não. Apesar de ser por diversas vezes uma miscelânea de lugares-comuns presentes até hoje em dia na retórica partidária, o discurso anti-federalista foi construído, como amplamente exposto, ao ataque da postura ideológica, ou melhor, ao projeto político federalista. De um lado o projeto de Gaspar Silveira Martins, dito parlamentar, o qual não só era fruto de um ex-monarquista, como também dos resíduos do Partido Liberal e Conservador e do outro o projeto republicano de centralização federativa. Dentro destes dois lados há de se responder uma das questões que deram origem ao trabalho: Como um partido positivista, centralizador e unitário publicava diariamente um jornal chamado *A Federação*?

Para responder à pergunta acima colocada, deve-se olhar inicialmente para o cabeçalho do jornal castilhista. Com os dizeres "Federação - Unidade" e "Centralização - Desmembramento" estampados em todas suas edições, a resposta para a questão passa

não somente pelas convicções políticas - as quais são, sem dúvida, genuínas - mas também pela ideia de que a centralização era possível somente no âmbito estadual. Como Céli Pinto aponta, a posição do estado é extremamente peculiar no âmbito nacional: não somente é um estado chave para a defesa do território nacional, como também possui o tipo de polarização política muito peculiar, no qual extratos da classe média urbana cooptaram a elite rural (em decadência, mas ainda poderosa) e subverteram a ordem de influência presente nas oligarquias do sudeste brasileiro.⁵⁹ Enquanto a federação permanece unida como um todo, a centralização política em torno do governo estadual requer independência do poder central. Para entender melhor o lema republicano basta voltar os olhos ao tipo de república brasileira, calcada numa separação visível de estados, onde cada estado da federação permanece governado por sua própria oligarquia.

Embora a questão relativa ao entendimento das motivações reais por detrás do PRR não seja o tema principal pelo qual o trabalho guiou-se, é importante notar a influência deste tipo de política centralizadora. Seguindo este tipo de doutrina, Júlio de Castilhos assume e - por recrudescimento de suas posições - perde o controle do governo gaúcho, sendo assim, o modo operacional republicano decisivo para os acontecimentos políticos dentro do Rio Grande do Sul. Exemplificando a questão, pode-se resumir o período estudado em quatro partes: a primeira é relativa à construção - deveras atribulada em seu início - do PRR e do *A Federação* ainda no período imperial, a segunda diz respeito à ascensão do PRR ao poder, a terceira à formação de dissidências políticas dentro do partido e a última à consolidação pós-revolucionário do governo republicano no poder. Se por um lado a política aplicada pelo PRR ajudou a solidificar um partido, o qual estava em processo de amadurecimento ainda em tempos imperiais, fez com que o mesmo sofresse reveses posteriores.

Feita a análise do período, é fácil entender as mudanças de discurso e a aplicação cada vez mais agressiva de editoriais recheados de um ufanismo republicano e da necessidade de antagonizar o inimigo federalista, utilizando-se Gaspar Silveira Martins como parâmetro de classificação, não só de posições ideológicas, mas também - e principalmente - como forma de ligar o Partido Federalista à já falecida Monarquia.

A primeira parte do discurso republicano remonta - como analisado ainda na primeira parte deste trabalho - aos tempos imperiais; as acusações trocadas com

⁵⁹ Pinto, 1986. P. 59.

adversários políticos são frequentes, mas o tom de abordagem nunca passa da ironia. Editoriais têm, via de regra, grande amplitude em temas tratados, dentro daquilo, é claro, que uma folha partidária pode oferecer. É curioso notar como a figura de Gaspar Silveira Martins aparece raramente ao longo dos primeiros 10 anos de publicação do jornal. Utilizando-se a ferramenta de busca disponível na hemeroteca da biblioteca nacional o nome de Gaspar Silveira Martins aparece pouco mais de quarenta vezes. Número extremamente inferior se comparado com a contabilização feita a partir de sua volta do exílio em 1892. Mais importante que isso, é ligar o fato de que o discurso de oposição, realizado a partir da queda de Júlio de Castilhos em novembro de 1891, é fortemente calcado na ideia de que a ameaça federalista não é defensora do parlamentarismo - como de fato, segundo Love, era exposta pelo Partido Federalista⁶⁰ - mas sim arautos da volta monárquica emulando, como descrito em diversas edições, um mito sebastianista. O absurdo das acusações só ganha respaldo quando se confronta o passado de Silveira Martins e sua importante carreira como conselheiro imperial até o 15 de novembro de 1889.

Para prosseguir-se com a análise, opto por voltar-se ao assunto deixado em aberto ainda no terceiro parágrafo desta conclusão, pois, se explicada a posição republicana, também é necessário entender o que dá origem a ela. O partido federalista, como já exposto na primeira parte do trabalho, não é representado pela análise distorcida efetuada pelo *A Federação*, como explica Joseph Love:

No fim de março (de 1892), os federalistas estavam prontos para apresentar seu programa, que foi ditado virtualmente por Silveira Martins. A principal meta consistia em introduzir um regime parlamentar (em contraste com o sistema presidencial em vigor), sendo o chefe de estado eleito pelo Parlamento. O regresso de Silveira Martins impôs nova disciplina às forças anticastilhistas, tanto em termos de ideologia como de liderança: se recusavam a aceitar a supremacia de Silveira Martins, em compensação ganhava mais coesão e unidade de propósito.⁶¹

Pode-se perceber aí que a maior parte das posições pregadas pelo *A Federação* não passam de armas para o ataque - impetuoso e prolongado - após o início dos conflitos. Infelizmente as edições do *A Reforma*, jornal do Partido Federalista, não

⁶⁰ LOVE, 1975. P. 65.

⁶¹ Ibid. P. 54.

foram analisadas pois, além da falta de tempo no cronograma apresentado, não fazem parte do discurso republicano, apesar de terem vital importância no entendimento do embate ideológico e, principalmente, político.

Partindo destas premissas, já expostas no corpo do trabalho, chega-se à conclusão de que o discurso republicano, ao longo dos anos, - desde a formação do *A Federação*, até o triunfo na revolução de 1893 - sofreu diversas mudanças e, principalmente, foi pragmático quanto ao seu conteúdo, ignorando maquiavelicamente aquilo o que Júlio de Castilhos idealizara em 1883.

Como dito acima, a idealização de Júlio de Castilhos vai de encontro com a análise de Marialva Barbosa, a qual ressalta que, apesar dos jornais da segunda metade do século XIX serem em sua totalidade folhas partidárias, eram guiados pela premissa de apresentar a verdade, seguindo um *ethos* jornalístico característico e de uniforme aceitação.⁶² É importante lembrar de que o que um dia foi imparcial e compromissado com a verdade pode não passar, hoje em dia, de um discurso parcial e direcionado à capitalização política da imprensa. Para não cair-se neste tipo de anacronismo é importante entender a legítima aceitação do ideário republicano o qual José Murilo de Carvalho apresenta como essencial na construção da nova identidade do povo brasileiro.⁶³

Essas características estão presentes na idealização e permeiam o discurso republicano do período final da monarquia. Como já explicado extensivamente, não só pela doutrina positivista presente de forma intensiva, como também pela construção do ideal republicano, a posição do *A Federação* é, desde seu princípio fundamentalmente anti-monarquista. Evidenciado durante a questão militar e ratificada com a proclamação da república, o discurso antimonárquico é reciclado quando da derrubada de Júlio de Castilhos em 1891 e é especialmente voltado ao ex-conselheiro imperial Gaspar Silveira Martins. O que acabou constituindo um fato curioso na construção deste trabalho, pois após distanciar-se de seu objetivo inicial - a figura de Silveira Martins - volta-se a ela e descobre-se o quão imprescindível para o entendimento do discurso republicano ela se torna.

Fazendo as últimas ressalvas do trabalho, deve-se expor, antes das considerações finais, o que, por falta de análise do discurso federalista, não foi exposto em relação ao PRR. Não só na análise de Love, mas em outros trabalhos consultados é recorrente a

⁶² BARBOSA, 2010. P. 134.

⁶³ CARVALHO, 1990. P. 130 - 140.

presença de uma forte intervenção republicana no cotidiano gaúcho. Via de regra, a violência imperava contra os opositores, o que não é, de forma alguma, exposto no *A Federação*. Esta análise é válida para lembrar que o ideal republicano e, mais importante, o ideal ligado à profissão do jornalista acabavam sendo colocados de lado em prol de publicações voltadas à uma guerra cruenta e brutal. Porém não deve-se acreditar que esta foi a única falta de coerência não só dos órgãos oficiais do partido, mas há registros que apontam desvios dentro da vida privada. Como exposto ainda na introdução, o próprio Júlio de Castilhos possuía escravos enquanto ainda articulava a formação do PRR e de sua folha partidária. Contextualizar este tipo de contradições - as quais não põe em xeque a visão mais ampla do partido - é importante e, assim como outros exemplos, ajudam-nos a compreender um número maior de matizes do que aquela apresentada pela dualidade Republicano x Federalista.

Finalizando o trabalho, concluiu-se que: apesar da construção calcada em moldes positivistas, numa época de forte domínio da imprensa ideológica, o jornal *A Federação* permaneceu, ao longo de toda a revolução federalista, apegado a discursos anti-monárquicos. Enquanto fazia uma construção exagerada de seus inimigos (a partir de 1893) também utilizava o fervor republicano para contornar os rumos da revolução a qual, pela sua violência exacerbada, transformava a guerra em cada vez mais um assunto delicado. Embora a situação nunca tenha sido crítica para os seguidores de Júlio de Castilhos, a violência do conflito (por ambas as partes) disseminou o que Love viria a chamar de Terror, o que refletiu, nas páginas do *A Federação*, como a construção de um inimigo cruel e sanguinário, contradizendo a atuação dos próprios republicanos durante o período de guerra. Respaldados pelo governo central e, após centralizar o poder nas mãos do governo estadual, a vitória sobre um inimigo - jamais tratado como valoroso - deu-se tanto no campo de batalha como, na implantação do governo republicano. Perpassando esta breve trajetória, composta de muitas divergências no que foi idealizado e no que foi, de fato, posto no papel é que o *A Federação* guiou-se em seus discursos e na sua atuação na mídia gaúcha. Muito desta trajetória ainda deve ser analisada, e, principalmente comparada com a trajetória do discurso federalista e, especialmente, aquele apresentado pelo A Reforma. Sendo este, talvez, o ponto no qual o trabalho não foi bem sucedido e que poderia, ao longo de uma pesquisa mais intensiva, demonstrar resultados importantes para o entendimento da revolução federalista não só como uma guerra travada no âmbito militar, mas sim como uma

guerra também travada no âmbito ideológico, de duas correntes de pensamento representadas por jornais partidários distintos.

Temas como este podem, e devem, ser estudados, agregando ao estudo da imprensa conhecimentos necessários para entender-se a forma pela qual este tipo de fonte - imprescindível para o estudo do período - guia seu discurso e deixa-nos documentos essenciais para o entendimento do passado.

Referências Bibliográficas

Fonte Primárias

ANNAES DA ASSEMBLÉA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1894. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Officinas Typographicas d'A Federação, 1895.

A Federação. Porto Alegre, ano 2, 16 out. 1886.

A Federação. Porto Alegre, ano 2, 23 out. 1886.

A Federação. Porto Alegre, ano 5, 17 nov. 1889.

A Federação. Porto Alegre, ano 7, 8 jan. 1891.

A Federação. Porto Alegre, ano 7, 24 abr. 1891.

A Federação. Porto Alegre, ano 7, 30 nov. 1891.

A Federação. Porto Alegre, ano 7, 24 dez. 1891.

A Federação. Porto Alegre, ano 8, 28 jan. 1892.

A Federação. Porto Alegre, ano 8, 22 fev 1892.

A Federação. Porto Alegre, ano 8, 22 mar. 1892

A Federação. Porto Alegre, ano 8, 10 dez 1892.

A Federação. Porto Alegre, ano 8, 21 dez. 1892.

A Federação. Porto Alegre, ano 9, 22 mar 1893.

A Federação. Porto Alegre, ano 9, 9 mai 1893.

VELHO, Keter (Org.). Teu Amigo Certo: Júlio de Castilhos, correspondência inédita. Porto Alegre: Edijuc, 2013.

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil - 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CARMAGNANI, Marcello (Org.). *Federalismos Latinoamericanos: México / Brasil / Argentina*. Mexico: El Colegio de Mexico, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Gabriel Castello. *REPRESSÃO CASTILHISTA A OPOSITORES: O CASO DE FACUNDO TAVAR ES. PORTO ALEGRE (1892-1895)*. 2009. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LEAL, Elisabete; PEZAT, Paulo. *A Capela Positivista de Porto Alegre e seu acervo. Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, p.172-185, jun. 1999.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

NASCIMENTO, Carla Silva do. *A Questão Militar : indisciplina e crise política em meio à crise hegemônica imperial (1868-1889)*. *Militares e política (UFRJ)*, v. 4, p. 7-22, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. *The positivist discourse of the republican party of rio grande do sul: a successful political project in the Brazilian Old Republic*. 1986. 377 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, University Of Essex, Colchester, 1986.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Contribuição ao estudo da Formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882 - 1891)*. 1979. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.

SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: ERUS, 1983.

TRINDADE, Hélió (Org.). O Positivismo: Teoria e Prática. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007.